

V NOVEMBRO NEGRO  
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



**RACISMO INSTITUCIONAL E SELETIVIDADE PENAL: APLICABILIDADE EM ABORDAGENS POLICIAIS**

*Caetano Vinicius Kochella dos Santos, PUCPR<sup>1</sup>  
Rafael Bruno Cassiano de Moraes, PUCPR<sup>2</sup>*

O seguinte estudo investiga a utilização da “fundada suspeita” como artifício de legitimação de práticas policiais seletivas e discriminatórias no Brasil. A pesquisa parte de que grupos sociais marginalizados, especialmente pessoas negras, são frequentemente submetidos a abordagens policiais sem base objetiva, sustentadas por critérios subjetivos que constroem uma figura institucional da repressão, por meio da qual a violência policial e a estigmatização de determinados indivíduos têm se tornado práticas naturalizadas. Destarte, o objetivo geral é investigar o modo que a fundada suspeita tem sido utilizada como justificativa jurídica em abordagens policiais e como essa prática se consolida nos discursos judiciais e institucionais. Entre os objetivos específicos, destacam-se: identificar decisões e documentos que tratem da fundada suspeita; analisar os critérios utilizados para legitimar abordagens; e investigar a relação entre esses discursos e a seletividade penal brasileira. A metodologia adota abordagem qualitativa, com análise documental e crítica de jurisprudências de tribunais de segunda instância, relatórios, pareceres e manifestações institucionais. Além disso, utiliza-se como referencial teórico a criminologia crítica do Sul Global, com base em autores como Eugenio Zaffaroni, Achille Mbembe e Frantz Fanon, articulando conceitos de poder punitivo, seletividade penal, racismo institucional, controle social e criminalização secundária. Os resultados esperados incluem a construção de base documental sólida, identificação de padrões

<sup>1</sup> Caetano Vinicius Kochella dos Santos – Acadêmico e pesquisador de Direito na PUCPR. Email: caetanokochella@gmail.com

<sup>2</sup> Rafael Bruno Cassiano de Moraes – Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com graduação em Direito pela mesma instituição. Advogado Criminalista. Professor nos cursos de pós-graduação em Direito Penal e Criminologia na PUCPR. Email: advogadomoraistrafael@gmail.com

# V NOVEMBRO NEGRO VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

I FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



discriminatórios nas abordagens policiais e a formulação de reflexões críticas sobre a naturalização da violência e repressão estatal. A pesquisa busca demonstrar que a fundada suspeita opera como dispositivo expansionista do poder punitivo, convertendo marcadores sociais em indícios de criminalidade. Assim, conclui-se que o uso reiterado desse artifício contribui para perpetuar práticas policiais abusivas e remontar uma memória institucional autoritária, reafirmando desigualdades raciais e sociais sob o pretexto da segurança pública. Para enriquecer ainda mais os debates no V Novembro Negro | VI Simpósio de Direitos Humanos | I Fórum de Letramento Racial.

**Palavras-chave:** seletividade penal; racismo institucional; fundada suspeita;

## Referências

AMPARO, Thiago de Souza; SANTOS, Amanda Laysi Pimentel dos; SOUZA, Mayara Silva de. O problema da “fundada suspeita” no Brasil: impasses metodológicos e possibilidades de pesquisa. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 1–23, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/trb5mPYwrZky4BFPDX6xsGn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BATISTA, Nilo. "Mídia e sistema penal no capitalismo tardio." In: Instituto Carioca de Criminologia. *Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, Ano 7, Número 12, 2º semestre de 2002, p. 271-289.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, p. 23941, 13 out. 1941. Disponível

V NOVEMBRO NEGRO  
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 11 abr. 2025.

CAMPELO, Marcelo. Limites da busca pessoal. Migalhas, São Paulo, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/389704/limites-da-busca-pessoal>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CARVALHO, Murilo Oliveira de. A (des)necessidade da fundada suspeita para realização da busca pessoal em blitz policial preventiva. 2014. Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2017. Disponível em: <https://portal.faculdadebaianadedireito.com.br/portal/monografias/Murilo%20Oliveira%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

ECO, Umberto. Construir o inimigo. Fronteiras do Pensamento, jul. 2021. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/lconstruir-o-inimigor-um-ensaio-de-umberto-eco>. Acesso em: 12 abr. 2025.

GALDURÓZ, Eduardo de Lima. A busca pessoal e a “atitude suspeita”: releitura crítica dos artigos 240, § 2º e 244, do CPP. Ethos Jus: Revista Acadêmica de Ciências Jurídicas, Avaré, n. 8, p. 1–15, 2015. Disponível em: [https://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2015/10/busca\\_pessoal.pdf](https://www.eduvaleavare.com.br/wp-content/uploads/2015/10/busca_pessoal.pdf). Acesso em: 13 abr. 2025.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. 5a. ed, rev., amp. e atual. São Paulo: Max Limonad. 2002, p. 198-199.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A questão criminal. Trad. Sérgio Lamarão. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

V NOVEMBRO NEGRO  
VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL  
DE DIREITOS HUMANOS  
| FÓRUM DE LETRAMENTO RACIAL | 2025



ZAFFARONI, Eugenio Raul; BATISTA, Nilo. Manual de Direito Penal Brasileiro 1: v. 1, Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

ZALUAR, Alba. "Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização." São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000300002>. Acesso em: 21 abr. 2017.

ZAVERUCHA, Jorge. FHC, Forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record, 2005.